

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.336 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2001



Gilberto Mestrinho se afasta do Senado para tratamento de saúde

Mestrinho sai. Althoff assume conselho

O senador Gilberto Mestrinho deve anunciar hoje seu afastamento do Senado para tratamento de saúde. Com isso, a presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar passa a ser exercida pelo senador Geraldo Althoff, atual vice-presidente.

Jefferson prevê desfecho rápido

O trabalho da comissão encarregada pelo Conselho de Ética de investigar denúncias contra o senador Jader Barbalho é relativamente simples, afirmou o senador Jefferson Péres, membro do colegiado.

PÁGINA 2

Jucá propõe estudo sobre aumento para servidores públicos

PÁGINA 5

Autorizado envio de militares para exercício na Argentina

O Plenário aprovou ontem decreto legislativo que autoriza a ida de 42 militares à Argentina. Eles participarão de exercício de adestramento em operações de paz, com duração de um mês.

PÁGINA 4

Lobão discute com Aécio novas regras para tramitação de MPs

Presidente interino do Senado afirma que votação das medidas provisórias em vigor ocorrerá conforme os critérios estabelecidos pela PEC que está sendo examinada pelos senadores

A votação das medidas provisórias que já estão em tramitação ocorrerá conforme as novas regras estabelecidas pela proposta de emenda constitucional que limita a edição de MPs. O esclarecimento foi feito pelo senador Edison Lobão, que pretende conversar sobre o assunto com o deputado Aécio Neves.

Edison Lobão (no detalhe com Pedro Simon) e Osmar Dias (embaixo) discutiram as novas regras de tramitação de MPs no Congresso Nacional

PÁGINA 3



Comissão especial discute situação do setor energético

Técnico prevê crise de energia por mais quatro anos

Ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Peter Greiner diz à comissão especial do Congresso criada para estudar a crise do setor que o país poderá ficar sujeito a apagões “por quatro ou cinco anos, no mínimo”.

PÁGINA 8

Apuração não deve demorar, afirma Jefferson

Ele e Romeu Tuma seguiram ontem para Manaus, onde ouvirão depoimentos sobre gravação telefônica que envolveria Jader Barbalho em suposta cobrança de propina para liberação de financiamento da extinta Sudam

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou na manhã de ontem que o trabalho da comissão especial do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), é relativamente simples e que as conclusões sobre as apurações não deverão demorar.

Jefferson e o senador Romeu Tuma (PFL-SP), que coordena os trabalhos da comissão, viajaram ontem mesmo para Manaus (AM), a fim de ouvir quatro supostas testemunhas do envolvimento de Jader em irregularidades na liberação de verbas da extinta Superintendência do Desen-



Jefferson Péres e Romeu Tuma integram a comissão criada pelo Conselho de Ética para fazer investigação preliminar de denúncias contra Jader

volvimento da Amazônia (Sudam). Serão ouvidos o deputado estadual Mário Frota (PDT-AM), seu ex-assessor Nivaldo Marinho, e dois empre-

sários locais. Essas pessoas estão relacionadas com a gravação de conversas telefônicas que tratam da intermediação de financiamentos

junto à Sudam em troca do suposto pagamento de uma comissão no valor de R\$ 5 milhões a Jader Barbalho.

Jefferson Péres disse que os resultados dessas diligências deverão estar concluídos ainda neste sábado (dia 11), a menos que novas testemunhas sejam arroladas. A partir daí, contou, a comissão irá esperar a perícia que está sendo feita pela Polícia Federal para verificação da autenticidade das vozes constantes da fita gravada.

A comissão também procederá à avaliação de documentos entregues por Jader Barbalho na última terça-feira: extratos bancários das movimentações financeiras que manteve nos bancos Itaú e Citibank entre 1984

e 1989 e parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, em que o mesmo pede arquivamento do processo contra Jader nas denúncias de desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará).

Tuma e Jefferson ainda irão analisar os relatórios do Ministério Público sobre esses casos e depois vão comparar os dados apurados com os discursos em Plenário nos quais Jader tratou do assunto. Jefferson explicou que, se houver discordância entre o que foi dito pelo senador e as provas encontradas – o que configuraria perjúrio –, poderia ser levantada a hipótese de quebra de decoro parlamentar.

Mestrinho se afasta do conselho e Althoff assume

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) deve anunciar hoje seu afastamento do Senado para tratamento de saúde. Com isso, a presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar passa a ser exercida pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC), vice-presidente da



Mestrinho pede licença para tratamento de saúde

Ontem, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), em resposta a jornalistas que questionavam a ausência de Jader no Plenário da Casa no decorrer desta semana, afirmou que respeita a decisão do companheiro de partido.

– Ele me disse, em nossa última conversa, na terça-feira passada, que essa opção faz parte de uma tática que está adotando de primeiro conhecer todas as denúncias que existem contra ele e só então apresentar sua defesa – afirmou Calheiros.

Também o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou correta a decisão de Jader de não se manifestar em Plenário esta semana sobre as denúncias. Ele disse que o PMDB continuará defendendo, acima de tudo, um julgamento justo e transparente das denúncias que atingem o presidente licenciado do Senado.

Brant vai falar sobre demissão na Previdência

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) está agendando com o ministro Roberto Brant, da Previdência e Assistência Social, sua vinda ao Senado para explicar a demissão de Solange Paiva Vieira do comando da Secretaria da Previdência Complementar. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O convite ao ministro é resultado de requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) aprovado no final de junho.

Vários órgãos de imprensa atribuíram a demissão da secretária a posições moralizadoras por ela adotadas à frente daquela secretaria, principalmente com relação às aplicações feitas pelos fundos de previdência ligados a empresas estatais, que atualmente respondem por grande parte do movimento das bolsas de valores do país.

Senador diz em parecer que FNO privilegia Pará

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou ontem à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) parecer sobre a prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), no qual acusa os seus dirigentes de terem privilegiado o estado do Pará nas aplicações, em detrimento dos outros estados da região.

Segundo Jefferson, no período de novembro de 1989 a junho de 1995, o FNO direcionou 50,7% do total dos seus recursos para o Pará e apenas 6,5% ao Amazonas, embora este estado responda por 30,3% do PIB (Produto Interno Bruto) regional, contra 39,5% do Pará. Do total dos recursos do FNO no período, informou o senador, o estado do Acre recebeu apenas 2,5%, o Amapá, 2,9%, Rondônia, 13,8%, Roraima, 4,2%, e Tocantins, 19,4%.

Em razão disso, Jefferson Péres informou à CFC que vai apresentar projeto de lei obrigando os administradores a prestarem contas ao Congresso Nacional dos resultados

das aplicações dos recursos públicos feitas por intermédio dos fundos constitucionais. Referindo-se às contas do FNO, Jefferson disse que somente agora, em agosto de 2001, o Senado recebeu do Tribunal de Contas da União (TCU), apenas para informação, a prestação de contas

das aplicações do FNO referentes ao exercício de 1994 e ao primeiro semestre de 1995, portanto, com seis anos de atraso.

Para evitar que se repita essa “extemporaneidade no exame de contas dos fundos”, o senador considera necessário um rito específico, que ele espera conseguir com o projeto de lei a ser apresentado.

De novembro de 89 a junho de 95, o FNO aplicou 50,7% de recursos no Pará e apenas 6,5% no Amazonas, informou Jefferson Péres

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1-B/95, que altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal, e dá outras providências (limitação à edição de medidas provisórias).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MPs em vigor devem ser votadas conforme novas regras, diz Lobão

A proposta de emenda constitucional que modifica os critérios para edição de medidas provisórias teve ontem seu primeiro dia de discussão no Plenário do Senado

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, informou ontem ao Plenário que a votação das medidas provisórias que já estão em tramitação ocorrerá dentro das novas regras estabelecidas pela proposta de emenda constitucional (PEC) que limita a edição de MPs. A PEC teve ontem o seu primeiro dia de debates em Plenário. Lobão também anunciou que vai se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, para discutir os novos critérios. A intenção é evitar que a pauta da Câmara seja obstruída com as regras que devem ser ainda aprovadas, caso não sejam votadas as 52 medidas provisórias em vigor.

O risco de obstrução foi debatido em Plenário entre Lobão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) e o senador Osmar Dias (sem partido-PR), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto aprovado



Edison Lobão vai se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados para discutir a vigência dos novos critérios para edição e votação das MPs

na Câmara estabelece que 45 dias depois de editada, a MP passará a ter prioridade sobre todos os projetos em exame pelo Legislativo.

Caso os deputados e senadores não terminem a votação até o 60º dia de sua edição, a MP ganhará mais 60 dias de vigência e continuará sobrestando as outras

matérias em discussão. Se ao final de 120 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação, a MP perderá eficácia desde a sua edição.

Como há 52 medidas provisórias em vigor, mas não votadas, e outras continuarão sendo editadas pelo governo, há a possibilidade de

congestionamento na Câmara, pois a PEC prevê que o exame da matéria começará obrigatoriamente por aquela Casa do Congresso.

Osmar Dias pediu a Edison Lobão que todas as MPs hoje em vigor sejam votadas logo pelo Congresso. Ele citou o exemplo do confisco das cadernetas de poupança promovido pelo ex-presidente Fernando Collor, por meio de medida provisória. Para ele, por ser decidida pela vontade apenas do presidente, a MP não serve à sociedade.

— Um Congresso Nacional que quer de volta suas prerrogativas não pode abrir mão de votar as MPs que já estão editadas — afirmou Osmar Dias.

O senador explicou ter retirado as emendas por ele apresentadas como relator atendendo a apelos pela rápida tramitação da matéria. Os pedidos partiram de lideranças partidárias e do presidente da Câmara dos Deputados.



Dutra lembrou que a PEC que restringe as medidas provisórias originou-se no Senado

Para Dutra, decisões da Casa são avançadas

No primeiro dia de debates sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs), o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o Senado, embora usualmente visto como a Casa mais conservadora do Congresso Nacional, tem tomado nos últimos anos decisões avançadas, se comparado à Câmara dos Deputados.

É por isso que, conforme contabilizou, o primeiro dia de discussão da PEC era, na verdade, o 17º. Apresentada pelo ex-senador Esperidião Amin, atual governador de Santa Catarina, a proposta tem o número 001 de 1995, e foi submetida a cinco sessões de discussão em primeiro turno, três em segundo turno no Senado e igual número na Câmara dos Deputados. O presidente interino do Senado, Edison Lobão, disse concordar que se tratava do 17º dia de debates, e lembrou o esforço da Casa para que a matéria tramitasse rapidamente.

— Na votação final, será a 24ª sessão — afirmou Dutra, ressaltando que não pretende fomentar a disputa entre as duas Casas, mas enfatizar que a matéria, como muitas outras, foi originada no Senado.

Outro exemplo citado por Dutra foi a proposição que dá poder à Receita Federal de quebrar o sigilo bancário de contas com altas movimentações, derrubada pela Câmara mas restabelecida no Senado, onde a tramitação da proposta se iniciou. Como resultado, já foram identificados 7 mil correntistas que não declararam Imposto de Renda mas que movimentaram milhões de reais.

A PEC será discutida ainda nas sessões de hoje e da próxima segunda-feira, dia 13 — transformadas em sessões deliberativas — e também nos dias 14 e 15. E emenda poderá ser votada no dia 15.

Simon apoiará a emenda constitucional, “mas sob protesto”

Mesmo fazendo uma série de críticas à proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece novas regras para a edição de medidas provisórias (MPs), o senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem que votará a favor das restrições,



Simon anunciou que, após a aprovação da proposta, apresentará PEC sobre o mesmo tema

“mas sob protesto”. “Não há outra saída”, disse, comunicando

que, imediatamente após a aprovação da emenda, apresentará outra proposta sobre o assunto.

O senador lamentou que a Assembleia Nacional Constituinte tenha aprovado o instituto das medidas provisórias e, ao mesmo tempo, rejeitado o sistema parlamentarista de governo. Conforme opinou, as

MPs são “a essência do parlamentarismo”, sistema de governo em que “o gabinete pode cair a qualquer momento”. No parlamentarismo, prosseguiu, a MP “é algo sério, e não essa medida ridícula, grosseira, vulgar, que hoje os presidentes usam a seu bel-prazer”. Em países da Europa que a utilizam, como a Itália e a Inglaterra, se uma MP for rejeitada, cai todo o gabinete, daí os primeiros-ministros desses países preferirem um projeto de lei, ao invés de uma MP, explicou.

O parlamentar gaúcho tam-

bém lamentou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao responder à consulta feita pelo então presidente da República José Sarney, tenha tomado a “decisão irracional” de permitir a reedição ilimitada da mesma medida provisória.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, anunciou seu voto contrário à PEC. A seu ver, o projeto é conciliatório, mantendo o Senado Federal como uma “casa de carimbos” dos projetos apresentados pelo Poder Executivo.

Senador critica quadro do programa “Casseta e Planeta Urgente”

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ter ficado “boquiaberto” com um quadro do programa humorístico *Casseta e Planeta Urgente*, transmitido terça-feira, dia 7, pela Rede Globo de Televisão. Em uma cena do programa, relatou, presidiários cavam um túnel para fugir. O primeiro da fila de presos, ao chegar ao fim do túnel, pede que os companheiros voltem, porque ali era o Senado Federal, onde não poderiam entrar porque o lugar estava “cheio de ladrão”.

Simon, que afirmou ser grande admirador do programa — qualificado por ele de “sensacional, competente e inteligente” —, considera que muitos telespectadores devem ter rido da piada. Ele também reconheceu que o Senado “está na vitrine do Brasil inteiro para receber pedrada”. Observou, entretanto, que “coisas como essa machucam”.

— Não acho que o Senado Federal esteja cheio de ladrões. Aqui há parlamentares da maior dignidade, homens simples, experien-

tes, grandes empresários dos mais variados setores, pessoas que ocupam cargos em entidades importantes no mundo empresarial ou sindical. Não posso aceitar a tese de que o Senado seja composto de ladrões. Sei que é uma charge, mas o duro é que ela marca mais do que um comentário sério — disse o senador, da tribuna do Plenário, onde discutia a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias. Simon afirmou que a imensa maio-

ria dos senadores é honesta.

— Acho que esta Casa merece respeito.

O representante do Rio Grande do Sul lembrou que o Senado “está tendo um comportamento que nunca teve no passado”. Nesta Legislatura, ressaltou, a Casa já cassou o mandato de um parlamentar de seu partido (Luiz Estevão) e outros dois (Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda) só não foram cassados porque renunciaram antes.



Jornalista demitido era diretor do sindicato da categoria em São Paulo, diz Geraldo Cândido

Cândido protesta contra demissão na Rede TV!

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem que a recente demissão do jornalista Eurenir Pereira — diretor em exercício do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo — pela Rede Ômega representa uma clara agressão à Constituição federal e à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

— A direção da TV Ômega/Rede TV!, além de não honrar os compromissos assumidos em 1999, demite ou afasta, sem pagamento de verbas rescisórias e salários, centenas de trabalhadores, entre eles inclusive representante eleito das categorias dos jornalistas e dos radialistas, em claro descumprimento da legislação trabalhista — denunciou.

Eurenir Pereira trabalhava na TV Manchete, depois Rede TV!, havia 13 anos, sem que, nesse período, tivesse recebido, por parte de seus superiores, qualquer reparo à qualidade do seu trabalho profissional, esclareceu o senador.

Apesar de os novos proprietários da Rede TV! terem se comprometido a saldar as dívidas trabalhistas e reconhecer as contribuições previdenciárias e do FGTS dos trabalhadores da antiga Rede Manchete, conforme acordo firmado com a participação de representantes sindicais, do governo federal e dos empresários, Geraldo Cândido disse que as transferências das concessões dos canais de televisão para o controle de Almicar Dallevo Júnior e Marcello Carvalho Fragalli, da Rede Ômega, “até agora não foram regularizadas”.

Além disso, conforme o senador, os trabalhadores têm sobrevivido sob incerteza e desrespeito aos seus direitos básicos. Cândido lembrou que já tramita na Casa requerimento de audiência pública de sua autoria para discutir uma solução para o caso.

Aprovado envio de tropa para exercício conjunto na Argentina

Conforme mensagem presidencial, treinamento poderá capacitar melhor militares brasileiros para operações de paz da ONU

Os senadores aprovaram ontem decreto legislativo que autoriza o envio de 42 militares à Argentina a fim de participar de um exercício de adestramento em operações de paz, com duração de um mês, a partir do dia 14. A matéria vai à promulgação.

Segundo a mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando a autorização, o Brasil foi convidado a participar dos exercícios militares juntamente com os Estados Unidos e outros países sul-americanos. O treinamento, comu-

nicou o presidente, pode capacitar melhor as tropas brasileiras a participar de operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em turno suplementar, o Plenário também aprovou projeto de lei que altera a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) de modo a tornar obrigatório o uso de colete à prova de bala por profissionais que prestam serviços de proteção de pessoas, de vigilância patrimonial ou de transportes de valores. Pela proposta, as empresas que atuam nesse setor são responsáveis pelo for-

necimento dos coletes aos seus funcionários.

Na sessão de ontem, transcorreu a primeira discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. De autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), a proposta já foi aprovada em primeiro turno e estará pronta para votação final na terceira sessão de discussão, depois de apreciadas as emendas de redação apresentadas em Plenário.



“Fernando Henrique abriu um novo capítulo na história do Brasil”, afirma Pedro Piva

Pedro Piva repele críticas ao governo de FHC

Na condição de “amigo e admirador” do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) rebateu ontem críticas dirigidas ao governo. Piva disse ter-se sentido no dever de prestar uma homenagem às realizações desse “grande homem público e estadista, que abriu um novo capítulo na história do Brasil ao conquistar a estabilidade econômica e superar o fantasma inflacionário”.

Segundo Piva, essa reflexão sobre os novos rumos do desenvolvimento brasileiro surge na esteira da celebração dos sete anos de criação do Plano Real. Ao conduzir essa plataforma econômica, o governo revelou capacidade de reunir um conjunto coerente de políticas públicas, notabilizadas por aliar responsabilidade fiscal e social, afirmou.

Apesar dos “méritos” creditados ao atual governo, notadamente nas áreas de educação e saúde, o senador afirmou que Fernando Henrique está sendo vítima de peculiaridades do regime presidencialista, que canaliza tanto elogios como críticas à figura do chefe de Estado. Piva disse considerar “salutar e positivo” o exercício da crítica, afirmando que o governo sempre as recebeu com “abertura de espírito”, mas protestou contra o fato de elas serem feitas de forma “enviesada e unilateral”.

— O que é inaceitável é que a insatisfação popular, legítima, se transforme em ocasião para arroubos de demagogia populista — declarou.

Em aparte, os senadores peemedebistas Pedro Simon (RS) e Roberto Requião (PR) felicitaram Piva pela “coragem” de defender o governo. “Estava na hora de alguém da base do governo defendê-lo”, comentou Simon. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também louvou a iniciativa. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reconheceu o mérito do governo em reduzir a inflação, mas o acusou de ter falhado na melhoria na distribuição de renda.



Foi iniciada ontem a discussão em segundo turno da PEC de Álvaro Dias que prevê concurso para membros de tribunais de contas estaduais e municipais

Concurso para integrantes de tribunais de contas

Os senadores participaram ontem da primeira discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional (PEC) de iniciativa do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que possibilita a nomeação de conselheiros de tribunais de contas dos estados e municípios por meio de concurso público. Nessa fase de discussão, apenas emendas de redação podem ser apresentadas à matéria. Segundo Álvaro Dias, a proposta integra a agenda ética, por pretender melhorar a confiança da população nas instituições.

— Os tribunais de contas são instrumentos importantes de avaliação dos gastos públicos, mas só se justificam se forem mecanismos eficientes de controle das administrações. A proposta deseja substituir a interferência política pela presença da impessoalidade e da honestidade na apreciação das contas públicas — afirmou.

Por sua vez, o senador Osmar Dias (sem partido-PR) destacou

que os tribunais de contas têm que melhorar sua atuação, pois, afirmaram, no Brasil em geral, e especificamente no Paraná, eles têm demonstrado falta de cuidado com o dinheiro público, o que leva ao desperdício, deixando crianças sem escola e a população sem hospitais e contribuindo para o aumento da pobreza. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) também acredita que é hora de “mexer no sistema”, que, na sua opinião, não se tem mostrado eficiente.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) acredita que a proposta pode acabar com o equilíbrio das forças políticas nos tribunais de contas, que, com raríssimas exceções, funciona muito bem, em sua opinião. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou seu voto favorável à proposta e rebateu o argumento apresentado por Suassuna:

— O concurso público deveria ser obrigatório, pois pode dar le-

gitimidade e independência política ao trabalho dos tribunais de contas. A proposta pode evitar que conveniências ideológicas acabem desvirtuando os tribunais — afirmou.

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Luiz Otávio (sem partido-PA) e Lindberg Cury (PFL-DF) também participaram da discussão da PEC.

O Plenário resolveu adiar para o dia 15 a votação do projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que altera a lei complementar sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para que o colegiado tenha um representante dos municípios do interior dos estados da região Norte entre seus membros.

Foram aprovados ainda seis projetos de decreto legislativo acolhendo atos do Ministério das Comunicações que autorizam o funcionamento de rádios comunitárias.

Maguito anuncia que Itamar desistiu da presidência do PMDB

Na qualidade de presidente do PMDB, o senador Maguito Vilela (GO) leu ontem em Plenário correspondência recebida do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, em que renuncia à disputa pela presidência do partido. Itamar diz na carta que constatou não ter conseguido aglutinar, em torno de seu nome e de sua proposta de afastamento do partido do governo federal, todas as correntes partidárias de que precisaria para vencer a convenção do dia 9 de setembro.

O governador mineiro afirmou ainda que sua candidatura tinha como objetivo unir o PMDB para mantê-lo longe das "manobras ardilosas" do presidente Fernando Henrique Cardoso que, segundo disse, "publicamente tenta influir nas decisões partidárias para manter o partido subordinado aos interesses do Palácio do Planalto".

Itamar afirmou que foram "essas tentativas insólitas de aliciamento, práticas que desfiguram o sistema republicano e abastardam a vida partidária", que o levaram a disputar a direção do partido. Ele explicou, na carta, que, como não conseguiu obter maioria das correntes partidárias, preferiu renunciar à sua candidatura, por entender que "nada de pior poderia suceder ao



Maguito Vilela diz que afastamento do governo é essencial para o PMDB

PMDB do que a desunião".

Maguito lembrou que o PMDB, em convenção no dia 9 de setembro, não somente escolherá o presidente e demais membros da executiva nacional, como decidirá por se afastar ou não do governo federal e apresentar candidato próprio à Presidência da República nas eleições de 2002. O senador disse que os dois nomes que se apresentaram como pré-candidatos – Pedro Simon e Itamar Franco – honram o PMDB com suas biografias.

Na opinião de Maguito, é essencial para a sobrevivência do partido que a maioria dos convencionais decida pelo afastamento do governo federal e por uma candidatura própria. "Não podemos aceitar ingerência do Planalto ou de qualquer outro partido político se quisermos sobreviver", declarou.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o PMDB precisa sair do caminho estreito e dúbio do consenso para procurar a independência. "Tenho sido minoria por defender o afastamento do PMDB do governo Fernando Henrique, mas tenho certeza de que, nas bases eleitorais do partido, sou maioria, e a convenção mostrará esse fato", garantiu.

Requião protesta contra possível censura a entrevista

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou ontem contra a censura que teria ocorrido no programa *Alta Tensão*, gravado na quarta-feira e durante o qual ele foi entrevistado pelos jornalistas Carlos Chagas e Sebastião Nery. O programa é produzido pela Rede Minas de TV.

Requião informou que, no decorrer da entrevista, fez algumas críticas às articulações políticas patrocinadas pelo grupo do governador de Minas, Itamar Franco, que é candidato à Presidência da República. O senador relatou que, ao ligar a televisão, à noite, constatou que o seu depoimento, de uma hora, "não foi ao ar, foi censurado".

Ressaltando ser aliado do governador Itamar Franco, que inclusive tem o apoio do PMDB do

Paraná, Requião advertiu que, se o programa não fosse ao ar ontem, voltaria à tribuna hoje para cobrar explicações.

– Temos um governador ético ou temos a molecagem da censura? Como um governador mineiro que pretende voltar ao Palácio do Planalto pode admitir a censura da palavra de um aliado, de um senador da República, que falava por ele e pelo Paraná? – indagou.

Requião quer saber se a possível censura ocorreu por autorização do governador ou se foi iniciativa de algum assessor que não aceita críticas e que tem medo do debate e do contraditório. O senador pediu a Itamar Franco que, "ou assuma sua responsabilidade pela censura, ou demita os 'aspones' que mancharam a sua imagem".

Jucá pede subcomissão para estudar reajuste de servidor

Senador lembra à Comissão Mista de Orçamento que funcionários públicos federais estão sem reposição salarial há seis anos

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR), apresentou ontem requerimento à Comissão Mista de Orçamento propondo que seja criada, no âmbito daquele organismo, uma subcomissão com o objetivo de apurar, por meio de estudos técnicos específicos, a possibilidade de se conceder reajuste salarial ao funcionalismo público federal.

Segundo o presidente da Comissão de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), o requerimento deverá ser votado na próxima reunião do colegiado, prevista para as 14h30 de próxima terça-feira.

Ao justificar a proposta, Jucá observou que há seis anos não vem sendo concedido reajuste salarial a grande parte dos servidores públicos federais, cuja perda acumulada de poder aquisitivo "constitui fato efetivamente comprovado".

O senador afirmou que a subco-



Requerimento de Jucá (foto menor) deverá ser votado na próxima reunião da Comissão de Orçamento, adianta seu presidente, Carlos Bezerra (acima)

missão, após estudar o assunto, poderá encontrar de onde tirar o dinheiro, dentro do orçamento da União, necessário ao pagamento do reajuste salarial aos servidores, a exemplo do que foi feito pelos parlamentares para viabilizar o aumento do salário mínimo para R\$ 180. Apesar do esforço feito pelo governo para manter o equilíbrio das contas públicas e conter a inflação – acrescentou Jucá –, "é forçoso reconhecer a urgente necessidade de se encontrarem soluções viabilizadoras de um eventual reajuste

de salários, ante as dificuldades dos servidores públicos federais em satisfazer, de acordo com o padrão aquisitivo de que dispunham, há mais de um quinquênio, suas necessidades básicas e constitucionais, especialmente aquelas referentes a educação, saúde, moradia, alimentação e transporte".

O líder do governo destacou ainda que o Congresso "não se deve esquivar da sua responsabilidade para com a sociedade, não só legislando, mas, sobretudo, intervindo em seu favor".

Para Dieese, defasagem salarial é de 75,48%

As perdas salariais registradas pelo funcionalismo público civil desde o início do atual governo até dezembro de 2000 são de 75,48%, segundo cálculos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Esse índice tem servido de base a vários organismos ligados aos servidores no encaminhamento das suas reivindicações à Justiça. Os servidores querem também que o governo defina uma data-base para a categoria, atualmente subentendida como sendo o mês de janeiro – inclusive pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda segundo o Dieese, o governo federal gastou em 2000, com o funcionalismo público, R\$ 30,5 bilhões de reais, dos quais 57% com os funcionários civis do Executivo; 23% com os militares; 3,5% com os funcionários públicos do Legislativo; 12,2% com os do Judiciário; e 4,3% com trans-

Gastos e perdas	
Perdas salariais acumuladas até dezembro/2000	75,48%
Último reajuste linear concedido em janeiro/1995	22,07%
Gastos com funcionalismo público federal em 2000	
R\$30,5 bilhões	
Executivo	57%
Militares	23%
Judiciário	12,2%
Legislativo	3,5%
Funcionários do Distrito Federal e cedidos aos estados	4,3%

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

ferências intergovernamentais para o funcionalismo.

O último reajuste concedido ao funcionalismo público civil, de acordo com monografia publicada pelo Dieese intitulada *A questão salarial dos servidores públicos federais*, ocorreu em janeiro de 1995 e foi da ordem de 22,07%, concedido para cobrir defasagem referente ao período compreendido entre julho e dezembro de 1994,

segundo o IPCr (índice já extinto).

Depois disso, o STF reconheceu que os servidores civis faziam jus a um reajuste de 28,86% concedido aos militares. O governo protelou a medida por meio de embargos e posteriormente, após julgamento dos embargos pelo Supremo, editou medida provisória diluindo o reajuste, que acabou não sendo linear e beneficiou poucos segmentos do funcionalismo.

Senado aprovou 15 projetos na semana

Entre as matérias, encontra-se proposta que permite a hospitais universitários cobrar atendimento de pacientes com plano de saúde

O Senado aprovou 15 projetos ao longo desta semana, entre eles proposta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários cobrarem o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde. Ficou decidido que até 25% dos leitos desses hospitais poderão ser destinados a esses pacientes.

O projeto foi votado conforme substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e estabelece que os recursos resultantes dessas internações deverão ser integralmente utilizados na manutenção e recuperação dos hospitais.

Também nesta semana, o Plenário aprovou projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) equiparando, em termos de arrecadação previdenciária, os condomínios de produtores rurais, estabelecidos para contratar mão-de-obra, aos produtores individuais. O objetivo é incentivar o emprego no campo, garantindo aos empregados os benefícios da Previdência.



O Plenário do Senado acolheu também projeto de Arlindo Porto que incentiva o emprego no campo, garantindo os benefícios da Previdência

De autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR), foi aprovado projeto autorizando o Executivo a criar, no município de Cantá, em Roraima, distrito agropecuário destinado a desenvolver também atividades de colonização, turismo ecológico, mineração, preservação e pesquisa.

Foi aprovada a programação monetária para o terceiro trimestre de 2001. Conforme o relator da matéria, Bello Parga (PFL-MA), o gover-

no apresentou as metas indicativas da evolução monetária para o terceiro trimestre de 2001, resumindo a evolução dos principais indicadores macroeconômicos.

O Senado também aprovou requerimentos apressando providências sobre o envio pelo Banco Central de auditorias relativas a irregularidades no Banpará e sobre a votação, na próxima terça-feira, da proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias.

Proposta melhora programas infantis na TV

A Comissão de Educação (CE) aprovou nesta semana, em caráter terminativo, projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que as emissoras de televisão dediquem pelo menos cinco horas semanais à transmissão de programação especificamente concebida para a educação moral, cultural e intelectual das crianças.

O projeto ganhou emenda de Roberto Freire (PPS-PE), segundo a qual o conteúdo dessa programação deverá estar em harmonia com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, atendendo às necessidades educacionais e informativas da criança e do adolescente.

A CE também aprovou emenda de Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) determinando que as cenas reais de violência que envolvam menores de idade como vítimas ou como infratores só poderão ser veiculadas na programação das emissoras de televisão no horário compreendido entre 22h e 5h.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou emendas apresentadas ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC)

que institui o Código de Defesa do Contribuinte. De um total de 21 emendas, 18 foram rejeitadas e três acatadas com modificações. A nova redação do projeto, do senador Bello Parga (PFL-MA), será agora submetida ao Plenário.

A CAE aprovou ainda requerimentos convocando os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, para darem explicações sobre o último acordo entre o governo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e sobre o crescimento da dívida pública interna.

Em audiência pública realizada

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Pedro Simon propôs que a Polícia Civil seja vinculada à Justiça, atuando de forma subordinada a esta, para que um inquérito policial instaurado nas delegacias seja presidido por um promotor e não mais por um delegado.

A proposta foi apresentada diante do jurista Ives Gandra Martins e dos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Paulo Costa Leite, reunidos pela CCJ para debater a reforma do Judiciário.



Emissoras de TV devem dedicar pelo menos cinco horas semanais a programas educacionais para as crianças, segundo projeto aprovado pela CE

Galeria expõe pinturas indianas até dia 16

A exposição "A Arte de Madhubani", aberta ontem, às 11h, na Senado Galeria, traz 22 quadros pintados por habitantes da região de Mithila retratando histórias e lendas da cultura indiana. Para os pintores, suas obras são celebrações do sublime, imagens de poder e fertilidade e também uma maneira de neutralizar o mal. A exposição pode ser visitada até 16 de agosto, das 9h às 18h, com entrada franca.

Estiveram presentes na solenidade de abertura o embaixador da Índia, Muthal P. M. Menon, e o primeiro-secretário da Mesa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), que registrou a grande afinidade cultural entre o Brasil e a Índia.

— Este é um evento cultural da maior importância, e quero reafirmar meu agradecimento ao embaixador e ao corpo diplomático da Índia, por terem dado ao povo brasileiro a oportunidade de conhecer uma exposição de tão alto nível — disse Carlos Wilson.

As pinturas indianas, explicam os promotores da mostra, tornaram-se tradição que ainda hoje sobrevive em algumas aldeias. Mesclando cores vivas, tênues e tons avermelhados, as pinturas nas paredes são transitórias e, quando desaparecem com o tempo, são repintadas obedecendo o momento presente, como casamentos e nascimentos.

Deuses indianos são fontes de inspiração dos pintores, que costumam imprimir narrativas lendárias nas paredes de santuários, bem como representações dos deuses da fertilidade e do amor.

Deuses indianos são fontes de inspiração dos pintores, que costumam imprimir narrativas lendárias nas paredes de santuários, bem como representações dos deuses da fertilidade e do amor.



Exposição retrata histórias e lendas da cultura da Índia

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Saturnino e o brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla falam sobre o Projeto Sivam e a soberania nacional
7h30 — *Entrevista* — A componente do Grupo Articulação, Vânia Santana, fala da discriminação das mulheres negras
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência química — Parte 1
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
13h — *As Cores do Brasil* — Xerente
13h30 — *Cidadania* — O sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea, Nilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem tem Medo da Música Clássica?* — Beethoven — sinfonia "Pastoral" — Parte 2
19h30 — *Cidadania* — O sen. Pedro Simon e o padre Virgílio Leite Uchôa, da Comissão Brasileira de Justiça

e Paz, falam sobre os excluídos e a política
20h30 — *Entrevista* — A componente do Grupo Articulação, Vânia Santana, fala da discriminação das mulheres negras
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — *Espaço Cultural* — Coral do Senado
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Peça *A Missão*
0h30 — *As Cores do Brasil* — Xerente

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Moreira quer política para desenvolver a Amazônia

Segundo o senador, é preciso conjugar o crescimento da atividade econômica com a conservação das riquezas naturais da região

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) defendeu ontem a formulação de uma política de desenvolvimento para a Amazônia que conjugue o crescimento da atividade econômica com propostas de conservação das riquezas naturais da região. Ele citou relatório que recebeu recentemente com o resultado de estudos feitos pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena) a fim de contestar a tese de que as riquezas naturais dos países em desenvolvimento devem permanecer intocadas para compensar os danos ambientais que ameaçam o planeta.

“O relatório, embora não sendo conclusivo em muitos dos aspectos pesquisados, sugere prudência na formulação de políticas de desenvolvimento e rigorosa ação fiscalizadora para evitar danos ecológicos e enseja uma profunda reflexão sobre as potencialidades da Amazônia, que não pode ser responsabilizada nem pagar, com o ônus do subdesenvolvimento, pelo desequilíbrio ecológico que afeta todo o planeta”, afirmou Moreira Mendes.



Moreira: “Países ricos relutam em reduzir, ainda que minimamente, seu padrão de vida”

O centro estudou durante dez anos áreas de florestas e de pastagens na Agropecuária Nova Vida, em Rondônia. As pesquisas, segundo o senador, tinham como objetivo determinar as transformações físicas, químicas e biológicas dos solos de florestas quando utilizados como pastagens. Além de analisar as condições do solo, as pesquisas também estudaram sua relação com a emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Em resumo, informou Moreira Mendes, as pesquisas indicaram que os efeitos resultantes da mudança de uso do solo não foram

tão contundentes como se esperava, e que, em alguns aspectos específicos, essa mudança foi até benéfica. Por outro lado, as pesquisas reconhecem preliminarmente que o desmatamento para introdução das pastagens agrava o efeito estufa, por ocasião das queimadas.

O senador lembrou que os países industrializados são responsáveis por 75% de todo o gás carbônico (um dos responsáveis pelo efeito estufa) lançado na atmosfera. “Mesmo assim, os países ricos relutam em reduzir, ainda que minimamente, o seu padrão de vida; mais ainda, transferem aos países em desenvolvimento o ônus de proteger a camada de ozônio e de garantir o restabelecimento das condições climáticas”, criticou Moreira.

Em aparte, Jonas Pinheiro (PFL-MT) comentou que a pesquisa do Cena e outras realizadas no Brasil desmistificam “a história de que cortar árvores velhas prejudica o meio ambiente”. Amir Lando (PMDB-RO) destacou que o trabalho mostra que a Amazônia tem vocação para a agricultura.

Comissão deve votar em setembro MP que modifica Código Florestal

A comissão mista destinada a analisar a medida provisória (MP) que altera a legislação do Código Florestal e a que trata do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) reúne-se no dia 4 de setembro, às 16h, para votar a matéria. A data foi anunciada ontem, em Plenário, pelo presidente da comissão, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Em aparte a discurso de Moreira Mendes (PFL-RO), Jonas Pinheiro lembrou que a medida provisória terá sua 68ª reedição no próximo dia 24.

Depois que a MP for examinada na comissão mista, Jonas Pinheiro vai tentar acordo para que ela seja votada em Plenário até o final de setembro. Ele considera que, nos termos atuais, a medida está preju-



Jonas Pinheiro considera que limite de 20% para exploração das áreas de mata e floresta deve ser modificado

dicando os agricultores, sobretudo os da Região Norte do Brasil e do norte da Região Centro-Oeste. O limite de 20% para exploração das áreas de mata e floresta, na opinião do senador, é o principal ponto que precisa ser modificado.

Moreira Mendes, que é vice-presidente da comissão mista, concordou com o entendimento de que a

medida provisória está trazendo prejuízos para o país. Ele informou que, em Rondônia, os produtores estão enfrentando dificuldades para obter crédito. Amir Lando (PMDB-RO) também defendeu a votação da medida, por considerar que a MP está impedindo o desenvolvimento de vários estados, entre eles o de Rondônia.

Mauro: dois parques de Goiás podem virar Patrimônio Mundial

Dois parques nacionais do estado de Goiás, o da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso, e o das Emas, em Mineiros, deverão ser incluídos como sítios de Patrimônio Natural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).



Mauro também apóia terceirização de serviços em parques

A notícia foi divulgada pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que explicou que a proposta está contida em parecer da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Mauro lembrou que em junho a cidade de Goiás recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade e a Unesco decidiu, na ocasião, ampliar para duas as áreas da biosfera do cerrado que concorrerão, em dezembro, na Finlândia, à condição de Patrimônio Natural Mundial, isto é, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadu-

al de Terra Ronca. O senador frisou a importância de a Câmara dos Deputados aprovar logo a proposta de emenda constitucional que declara o cerrado patrimônio natural protegido pela Constituição.

Mauro salientou que a terceirização dos serviços em alguns par-

ques nacionais, proposta pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, contribuirá para a melhoria do ecoturismo. O senador espera ainda a criação de mais dois parques nacionais em seu estado: Cavernas de Mambá e Fazenda Palmeiras.

O senador anunciou também que amanhã será realizado o encontro regional do PMDB de Goiás, em Alto Paraíso, considerado por ele uma excelente oportunidade para discutir com a sociedade local os benefícios que trará ao município a oficialização da decisão da Unesco.

Juvêncio diz que vitelo abre oportunidade para o Pantanal

O vitelo pantaneiro, produto lançado no último sábado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em Mato Grosso do Sul, representa oportunidade de diversificação da economia do Pantanal, conjugando o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, afirmou ontem o senador



Juvêncio: “O espírito do pantaneiro é preservacionista”

Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). A expectativa dos produtores rurais sul-mato-grossenses é de que a carne de novilhos de até 14 meses tenha boa receptividade nos mercados europeus.

— O lançamento desse produto representa uma mudança na cultura que leva em consideração a função social da propriedade e a preservação da natureza. O espírito do pantaneiro é preservacionista — disse Juvêncio.

De acordo com o senador, o vitelo atende à necessidade da região de praticar a pecuária extensiva, na qual os animais não são confinados.

Pedro Piva (PSDB-SP), proprietário da fazenda onde se deu o lançamento do vitelo, elogiou as preocupações de Juvêncio com o desen-

volvimento sustentado e salientou que o Grupo Klabin está presente há mais de 50 anos no Pantanal, sempre buscando formas de produção sem agressões ao meio ambiente. Ricardo Santos (PSDB-ES) também louvou a iniciativa.

Lúdio Coelho (PSDB-MS) deu um exemplo de projeto de desen-

volvimento com preocupações ambientais. Ao defender a eletrificação rural no Pantanal, Lúdio sugeriu — inclusive em audiência com o presidente Fernando Henrique — que a energia seja produzida por meio de chapas solares. “A instalação de linhas de transmissão traria problemas para os pássaros da região”, explicou.

Pedro Ubirajara (PMDB-MS) pediu melhores condições de financiamento para que o projeto possa ser expandido. Jonas Pinheiro (PFL-MT) sugeriu que os produtores do Pantanal recebam o mesmo tratamento dispensado aos do semi-árido nordestino, no que diz respeito às taxas de juros nos empréstimos com recursos dos fundos constitucionais.

Comissão especial debate modelo estrutural do setor elétrico



Técnico prevê prolongamento da crise de energia elétrica

Em audiência na comissão do Congresso, ex-secretário do Ministério de Minas e Energia diz que dificuldades podem durar quatro ou cinco anos

O país poderá conviver com a crise energética e ficar sujeito a apagões por quatro ou cinco anos, no mínimo. A previsão foi feita pelo ex-secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia Peter Greiner, em audiência pública na comissão especial do Congresso Nacional criada para estudar as causas da crise de energia elétrica. Para ele, o setor energético brasileiro está desorganizado e precisa de profunda reestruturação, incluindo a privatização de, pelo menos, 70% do setor.

Peter Greiner defendeu uma completa reforma no setor elétrico brasileiro, com a entrada no país de novas tecnologias, privatização e

implantação de um mercado de preços competitivo. Ele também propôs a abertura do mercado de gás e criticou a decisão da Petrobras de não permitir acesso a competidores no transporte do produto.

O diretor da organização não-governamental Ilumina, Roberto Pereira, também participou da audiência pública sobre o modelo estrutural do setor elétrico. Ele disse que a política energética colocada em prática pelo presidente Fernando Henrique Cardoso foi a principal causadora da crise que o país enfrenta atualmente. O governo, ressaltou, escolheu um modelo no qual a energia elétrica

passou a ser apenas mera mercadoria e adotou a visão errônea de que os mecanismos de mercado poderiam resolver a questão por meio da oferta e da procura, o que não ocorreu.

Roberto Pereira também observou que nos últimos anos o governo não investiu o que deveria nas linhas de transmissão, criticou as tarifas residenciais (das mais caras do mundo) e disse que o Brasil não pode ter um sistema energético baseado apenas em usinas hidrelétricas. Ele defendeu a concessão de incentivos para que as usinas térmicas ganhem mais espaço dentro do mercado nacional.

Jonas Pinheiro defende medidas para que racionamento não afete produção de calcário

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lançou ontem apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica para que estude alternativas de racionamento de energia para os produtores de calcário agrícola. O senador espera que sejam adotadas medidas específicas para o setor, de modo que o racionamento não comprometa a produção desse corretor de solo utilizado na agricultura.

— A produção de calcário agrícola é de suma importância para a produção de alimentos. Sua interrupção inviabilizaria o aproveitamento das áreas agrícolas

do Mato Grosso e do Centro-Oeste em geral — disse.

Jonas Pinheiro explicou que a correção do solo é uma prática que possibilita aumento médio de 25% na produtividade de culturas agrícolas. O calcário favorece a absorção de fertilizantes em até 100%. Em regiões do Brasil como o Cerrado, a não aplicação adequada de calcário compromete a viabilidade da agricultura.



Jonas Pinheiro adverte que a produção de calcário já caiu 20%

Em 2001, acrescentou o senador, o estado de Mato Grosso superou os recordes de produção e uso do calcário, tornando-se o maior produtor nacional do insumo, com 3,1 milhões de toneladas.

— A partir da adoção das medidas de racionamento de energia elétrica, a produção de calcário já caiu 20% em relação a 2000 — informou o senador.

Álvaro assume compromisso de tentar anulação da venda da Copel

Com um documento firmado em cartório, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) assumiu o compromisso público de, caso seja eleito para o governo do Paraná em 2002, usar “de todos os meios legais ao alcance do governo do estado para desfazer a pretendida operação de compra e venda do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel)”.

Segundo o senador, a motivação dessa iniciativa não é de natureza ideológica e não tem cunho eleitoral. Para ele, a venda da empresa é prejudicial aos interesses dos paranaenses, uma vez que a Copel tem reconhecida competência técnica, administrativa e financeira; é tecnologicamente moderna e rentável e participa do capital da Companhia Telefônica de Londrina.

— O futuro governo deve usar a Copel como o principal instrumento para alavancar e organizar um grande projeto de desenvolvimento econômico e social para o Paraná, apoiado nos seus trunfos econômicos, na sua base *high tec* e, conseqüentemente, na sua capacidade para formar parcerias com o setor privado, para um grande salto econômico que, espero, o futu-



Álvaro Dias considera o negócio “prejudicial aos interesses dos paranaenses”

ro governo possa oferecer à população paranaense — afirmou.

Álvaro lembrou denúncia feita pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) sobre possível direcionamento do edital de venda da Copel para que vença a empresa alemã RWE.

— Analisamos juridicamente a situação e não se trata de bravata a anulação dessa venda. Todo ato de governo que contraria o interesse da sociedade é passível de anulação. Quem adquirir o controle acionário da Copel estará, no mínimo, comprando uma grande briga — alertou.

Requião aponta iminência de suborno a deputados no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou ontem que a empresa de energia elétrica alemã RWE, uma das maiores do setor, contratou o escritório de advocacia do ex-secretário da Fazenda do governo Jaime Lerner, Giovanni Gionedis, com o objetivo de garantir autorização da Assembleia Legislativa para que o governo promova a venda da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Requião afirmou que a RWE, “gangster de grande experiência”, contratou o escritório de Gionedis e sua esposa por intermédio de outro escritório de advocacia.

De acordo com o parlamentar, a autorização legislativa será dada “comprando, talvez por quilo, deputados irresponsáveis”. Requião afirmou que o “dinheiro sujo dos gangsteres alemães” está agora à dis-



Roberto Requião critica “negociata de fim de governo”

posição do escritório de Gionedis para garantir a autorização para a venda da companhia.

— O governador Jaime Lerner e sua quadrilha querem meter a mão no dinheiro da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — afirmou o parlamentar.

Requião acrescentou que já assumiu, com o PMDB do Paraná, o compromisso de retomar a empresa, caso ela seja vendida. Ressaltou que o senador Álvaro Dias já fez o mesmo. Ele afirmou ainda que a companhia produz a energia mais barata do mundo, em quantidade maior do que o Paraná consome, graças às usinas construídas no governo de seu partido.

Requião observou que 93% da população do estado não aceita “essa negociata de fim de governo”, e lembrou que “até o governo federal já paralisou a venda de Furnas”.